

Obstáculos ao desenvolvimento

Importantes obstáculos para o desenvolvimento do país estão na distribuição de renda e na incidência tributária sobre ela. Apenas 1% dos mais ricos detém renda próxima dos 50% mais pobres. Quem ganha até dois salários mínimos (SM) paga 49% dos seus rendimentos em tributos e os que recebem mais de 30 SM pagam 26%.

Isso cria um peso ao Estado para arcar com elevado déficit social, pois seus recursos acabam sendo limitados, devido ao insuficiente nível de produção e consumo existentes. Compete ao governo (Executivo e Congresso) atacar esses obstáculos – e há muito por fazer nos próximos governos.

Desde 2006 foi ganhando força dentro do governo federal a corrente que defende a expansão do consumo como a melhor estratégia para criar as condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social. Para isso foram adotadas políticas, com destaque para elevação do SM, Bolsa Família, crédito consignado e plano habitacional para rendas médias e baixas. Apostou-se que a reação das empresas seria favorável, aproveitando a oportunidade criada por um maior mercado interno, e que os investimentos viriam em consequência. É o que está ocorrendo.

Infelizmente, as propostas de melhor distribuição da carga tributária, ou não saem do Executivo, ou, se saem, morrem no Congresso ou no Ju-

diciário, por contrariar interesses das camadas de maior renda e patrimônio.

Sem dúvida ocorreram avanços nesses últimos anos no desenvolvimento econômico e social e sucesso no enfrentamento da crise. O índice de Gini, estagnado em 0,60 até 2001, vem caindo linearmente, devendo chegar a 0,53 neste ano. Ele varia de 0 a 1, para avaliar a desigualdade de renda. O 0 é a igualdade absoluta, sem diferenças entre os cidadãos. Resta, contudo, muito a fazer para remover/abrandar os obstáculos da distribuição de renda e tributária. Seguem algumas sugestões.

- Continuar a regra de reajuste do SM acompanhando a evolução do PIB, ampliar o valor destinado ao Bolsa Família e outros programas de inclusão social, através de priorização orçamentária e gestão mais eficiente dos recursos.
- Adequar as taxas de juros (Selic e ao tomador final) a níveis internacionais. A redução da Selic diminui despesas do governo federal e estimula os investimentos privados. Já a das taxas nos empréstimos às pessoas faz cair preços e a inadimplência nos pagamentos das prestações.
- Reduzir o custo de vida dos componentes mais importantes do orçamento familiar: alimentação, habitação, transporte coletivo, concessionárias (energia elétrica, telefone, água e esgoto e gás de cozinha) e remédios.



César Ogata

Amir Khair, mestre em Finanças Públicas pela FGV e consultor

- Reduzir/zerar as alíquotas dos tributos indiretos (ICMS, PIS, Cofins, ISS e IPI) para bens e serviços de consumo popular. Compete aos governadores de estado a desoneração do ICMS, responsável por mais da metade da tributação sobre o consumo.
 - Reduzir os preços ex-refinaria e margens de distribuição para óleo diesel e gás de cozinha (GLP) e eliminar a tributação da Cide. O diesel tem custo relevante para o transporte coletivo e de cargas. Sua diminuição influi em custos de locomoção e de fretes, com contribuição importante à queda da inflação.
 - Ampliar os estímulos à produção agrícola, via crédito, seguro de safra e preços mínimos, para garantir maior oferta de alimentos.
 - Adotar rigoroso controle sobre os setores com poder de formação de preços (como no caso dos minérios de ferro e aço), evitando choques de oferta, e adequar tarifas/cotas de importação e exportação para maximizar a oferta interna de produtos.
- Caso o próximo governo dê sequência a essas políticas, o país poderá crescer a taxas superiores a 7% ao ano, sem riscos de inflação e com maior justiça social. ✪